



Parlamento aprova diretrizes orçamentárias para 2006

(foto Jonas Lemos Campos)



No primeiro semestre deste ano, os deputados aprovaram mais de 100 novas leis e estiveram presentes em mais de 60 audiências públicas que aconteceram em todo o Estado

Propostas só foram levadas a votação em Plenário depois de discussões com a sociedade. Mais de uma centena virou lei

Por maioria de votos, o Plenário aprovou, na noite do dia 29 de junho, substitutivo global à proposta de LDO (Lei de Diretrizes e Orçamentárias) para 2006, encaminhada pelo governo. De autoria do líder da bancada do PMDB, deputado Manoel Mota, o substitutivo manteve a proposta original e recebeu duas emendas, também aprovadas.

O projeto dispende sobre as diretrizes para a elaboração e execução da lei orçamentária estadual para o exercício financeiro de 2006 teve parecer do deputado Dionei Walter da Silva (PT) rejeitado na Comissão de Finanças e Tributação, que aprovou o voto vista

de Mota, preservando o original do Executivo.

Mais de 100 proposições foram aprovadas nos primeiros meses de 2005, e transformadas em lei. Entre as mais importantes, nascidas da iniciativa parlamentar, estão a normatização das taxas de estacionamento cobradas por shopping centers, a criação do banco de cordões umbilicais, a emenda à Constituição autorizando o governo estadual a pagar indenização a agricultores que estiverem em terras indígenas e a regulamentação de recursos para os bombeiros voluntários. Confira as principais matérias aprovadas pelos parlamentares na última semana de junho nas páginas 8 e 9.

Convênio amplia possibilidades de inclusão social

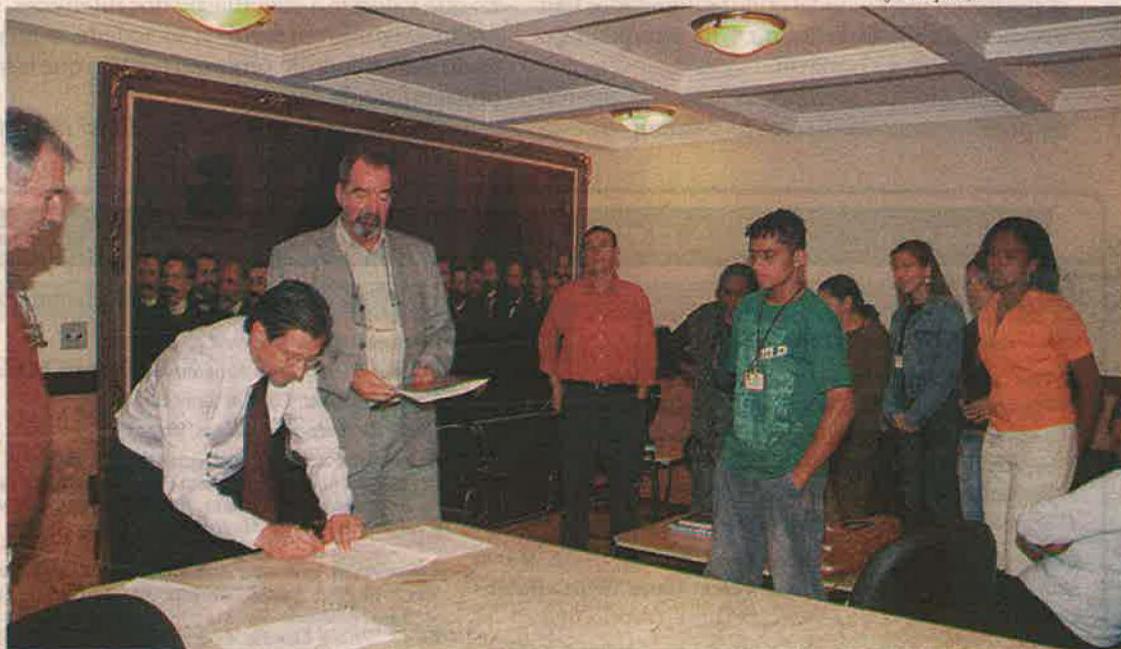
(foto arquivo)

O presidente da Assembléia Legislativa, deputado Julio Garcia (PFL), e o delegado regional do Trabalho, Odilon Silva, assinaram, no dia 28 de junho, termo de cooperação técnica com o objetivo de encaminhar os participantes do programa social Antonieta de Barros, desenvolvido pelo Legislativo catarinense, para o programa federal Primeiro Emprego. Instituído em 29 de julho de 2004, o PAB (Programa Antonieta de Barros) oferece oportunidade de estágio a 40 jovens de comunidades carentes encaminhados por entidades representativas da sociedade civil.

Através do Programa, o Legislativo inseriu-se em ações de inclusão social e na eliminação das desigualdades raciais, reforçando a proposta de inserção social de jovens excluídos ou em situação de risco social por sua condição étnica, vulnerabilidade na localização da moradia, gênero ou ser portador de necessidades especiais, oportunizando experiências educativas, políticas, profissionais e socioculturais. Para ingressar no PAB são exigidos o encaminhamento por uma entida-

de, a identificação do jovem como socialmente excluído, a comprovação de estar matriculado e frequentando o ensino médio ou superior e possuir renda familiar inferior a 2,5 salários mínimos.

A ação desenvolvida pela Assembléia catarinense é pioneira no país e começa a despertar interesse de outros estados e municípios. Em Santa Catarina existe o movimento para instituir proposta semelhante nos municípios de Florianópolis e Itajaí. Na avaliação de Julio Garcia, se a iniciativa fosse adotada também por outras empresas se teria uma juventude mais preparada para enfrentar os desafios do mercado de trabalho. De acordo com Odilon Silva, são 850 jovens cadastrados para o programa Primeiro Emprego e 30 empresas que aderiram, devendo oportunizar a chance de ingresso no mercado de trabalho.



Julio Garcia (assinando o convênio) e Odilon Silva (em pé, à direita)

Comissões discutem temas polêmicos em audiências

Páginas 5, 6 e 7

Uma delegacia para os crimes na Internet

Freqüentemente, os meios de comunicação nos mostram a ocorrência de um novo tipo de crime: aqueles cometidos via Internet, um dos mais graves problemas que vieram com os tempos modernos. Somos sempre surpreendidos por notícias dando conta de crimes como apropriação indébita, com os hackers assaltando contas de empresas e de pessoas comuns; de pessoas com desvio de conduta e perigosos elementos propagando a pedofilia e outros abusos. E nos sentimos profundamente impotentes para reagir a esses atentados contra as instituições e as pessoas.

Em Santa Catarina, estado-sede de grandes corporações empresariais e com o nível de vida acima da média nacional, tem, nos últimos tempos, atraído a cobiça dos maus elementos que, acompanhando a modernidade, agora investem via computadores. Vez por outra, em casos isolados pela sorte, a Polícia consegue chegar até alguns criminosos desse tipo. Porém os demais casos, que se repetem, acabam acobertados pela falta de instrumentalização eficaz. E fica então a pergunta: Como defender-se?

É com essa finalidade que encaminhamos uma indicação à Secretaria da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, pedindo a criação e instalação no Estado de uma delegacia especializada em crimes eletrônicos, onde seriam apu-

radas as diversas modalidades ilícitas previstas pela legislação penal. No nosso entender, seria o instrumento ideal para freiar a impunidade porque a investigação aprofundada em tais crimes, através do corpo técnico especializado, certamente trará soluções com maior rapidez, inibindo a ação dos infratores.

Referidos crimes, na maioria das vezes, trazem conseqüências morais irreparáveis a cidadãos de bem que, ao longo da vida, constroem uma reputação ilibada e sofrem os danos avassaladores, quando se vêem vítimas de crimes cometidos por pessoas que, por exemplo, utilizam-se de máquinas ante a certeza da impunidade. Tem sido comum, igualmente, casos de saques criminosos em bancos, não sendo poupados até mesmo os mais humildes aposentados. Sem mecanismos para agir, muitas vezes sem qualquer informação, as vítimas perdem todos os seus recursos.

Portanto, é de fundamental importância a instalação dessa delegacia especializada, com técnicos altamente treinados para atuar na elucidação desse novo tipo de crime, a exemplo do que já existe no Estado do Rio de Janeiro - que já conta com a sua Delegacia Especializada em Repressão aos Crimes de Informática -, bem como, a Polícia Federal, que também está capacitada a operar nesta área.

Deputado Clésio Salvaro (PSDB)

Mostra de maturidade

A aprovação da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), na última semana de trabalhos do Legislativo, no primeiro semestre do ano, foi mais uma demonstração de maturidade do Parlamento catarinense. A Assembléia Legislativa valorizou as audiências públicas realizadas por toda Santa Catarina para debater o Orçamento Regionalizado e o processo democrático avançou com a inclusão, no texto da lei, das três principais reivindicações apontadas pelos conselhos de cada uma das 30 secretarias de Desenvolvimento Regional - colegiados representativos dos mais diversos segmentos da sociedade catarinense.

Com a aprovação da LDO e de dezenas de outras matérias incluídas na pauta de votação das últimas sessões do mês de junho, a Assembléia deu mostras de sua eficiência, comprovando a capacidade de debater e deliberar sobre projetos relevantes nas mais diversas áreas, funcionando como fórum institucional onde os deputados têm a responsabilidade de definir, com serenidade, o melhor dentro do possível.

A lei que fixa parâmetros para o orçamento do próximo ano, neste sentido, é exemplo desta

afirmação. Mais uma vez estão sendo valorizadas as definições comunitárias, após amplo entendimento conduzido pelo Parlamento, que dá respaldo à definição adotada no início da administração Luiz Henrique - Eduardo Moreira, quando foi assumido o compromisso de promover o processo regionalizado de discussão das metas a serem perseguidas, mercê do revolucionário processo de descentralização.

Pode-se até dizer que, talvez, nem todas as metas possam ser cumpridas, em razão das limitações que o Estado tem para investir, já que o orçamento, usando uma figura de linguagem popular, é como um cobertor curto. Mas as prioridades estão na LDO, e só assim poderão vir a ser implementadas, se houver disponibilidade de recursos.

O Parlamento, por isto, cumpre sua missão, e a base que garante a sustentação do Executivo na Assembléia ratifica os compromissos de um governo que valoriza a conciliação dos interesses, sempre transigindo em favor da sociedade, numa prova de maturidade do processo político que estamos protagonizando.

Deputado João Henrique Blasi (PMDB)

Exposição lembra os 120 anos de Adolfo Konder

A exposição *120 anos com Adolfo Konder*, aberta no dia 29 de junho, no Museu Histórico de Santa Catarina - Palácio Cruz e Sousa, em Florianópolis, presta homenagem ao ex-governador do Estado, resgatando sua trajetória. A iniciativa tem o apoio da Assembléia Legislativa e governo do Estado, através da Secretaria da Organização do Lazer, da Fundação Catarinense de Cultura, do Museu Histórico de Santa Catarina e da Udesc (Universidade do Estado de Santa Catarina), prefeitura de Itajaí, através da Fundação Genésio Miranda Lins, Instituto Carl Hoepcke, IHGSC (Instituto Histórico e Geográfico

de Santa Catarina) e Academia Catarinense de Letras.

Nascido na cidade de Itajaí em 16 de fevereiro de 1884, Adolfo Konder foi governador de Santa Catarina entre 1926 e 1929. Foi deputado federal de 1921 a 1926. Em 1930, elegeu-se senador, mas não exerceu o mandato em razão da revolução ocorrida nesse ano, que o exilou no Rio de Janeiro.

Em 1933, foi eleito deputado para a Assembléia Nacional Constituinte. Morreu em 24 de setembro de 1956, no Rio de Janeiro, em razão de uma pneumonia, mas foi sepultado em Florianópolis, conforme sua vontade. (MAP)

Livro aborda mundo do avião

O comandante Luiz Antônio Bassani Teixeira realizou na noite do dia 5, no hall da Alesc, uma palestra dinâmica sobre as dúvidas e medos encontrados na hora de voar, abordando o conteúdo do livro *O Mundo do Avião*, de sua autoria.

Com 30 anos de aviação e mais de 17 mil horas de vôos nacionais e internacionais, o comandante Bassani contou que a proposta do livro é responder às mais variadas perguntas que surgiram durante esses anos de profissão.

Segundo Bassani, além de dúvidas existe muita curiosidade entre os passageiros sobre o mundo dos aviões. "Muitos tripulantes já me perguntaram se, por acaso, o motor do avião parar, ele cai? Respostas para esses questionamentos e conhecimentos sobre o assunto vocês vão encontrar no meu li-

vro", ressalta Bassani ao lembrar de algumas viagens.

O livro foi lançado em todo o país, acompanhado da palestra ministrada pelo comandante em algumas cidades, ensinando tudo que se precisa saber para perder o medo de voar e dicas de como se portar no avião. "As informações reais baseadas em cinco anos de pesquisas e análises, mostram que voar é o meio de transporte mais seguro do mundo", destaca o comandante.

"Os 25 anos em que trabalhei na companhia Varig Internacional, somados às demais experiências profissionais, me proporcionaram a oportunidade de elaborar o livro e ministrar as palestras. Com os filmes e ilustrações mostrados nas palestras, podemos entender e conhecer melhor o fascinante mundo do avião, deixando para trás a insegurança de viajar", afirmou o comandante. (TM)

JORNAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Mesa

Presidente: Julio Garcia (PFL)

1º Vice-presidente: Herneus de Nadal (PMDB)

2º Vice-presidente: Nilson Gonçalves (PSDB)

1º Secretário: Lício Mauro da Silveira (PP)

2º Secretário: Pedro Baldissera (PT)

3º Secretário: Valmir Comin (PP)

4º Secretário: José Paulo Serafim (PT)

Conselho Editorial: Cármen Leite Rovira, Cleia Maria Braganholo, Maria Ivonete Lessa, Mirela Maria Vieira e Rubens Vargas

Orgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751

Fax: 223-7021

alnoticias@ale.sc.gov.br

Divisão de Imprensa

Diretora: Maria Ivonete Lessa

Edição: Cleia Maria Braganholo e Mirela Maria Vieira

Coordenadora: Cármen Leite Rovira

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Redatores: Carlos Agne, Denise Arruda Bortolon, Graziela May Pereira, Magda Audrey Pamplona, Marise Ortiga Rosa, Mirela Maria Vieira, Rose Mary Paz Padilha, Rubens Vargas, Scheila Dziedzic, Tatiana Kinoshita e Tatiani Magalhães

Assessores de gabinete: Acácio Martins, Adilson Costa, Alex Santori, Ana Maria Baggio, Ana Zandavalli, Andréa Leonora, Celso Rodriguez, Celso Rosa, Cristiane Mohr, Dayana Rampinelli, Davi Eielvino, Emanuelle Torres, Estevo Dereck, Felipe Nunes, Fernando Mattos, Iran Rosa Moraes, Ivan Pimentel, J Pacheco, Jandy Cortes Real, Júlio Cancellier, Kélen Bardini, Leonardo Lorenzetti, Luciana Pons, Linete Martins, Lisa Mara Tontini, Lisandrea Costa, Luiz Carlos Padilha, Luiz Hercílio Stefanos, Marcos Antônio Oliveira, Marianne C. Tillmann, Mário A. Henrique, Milton Alves, Moisés Madeira, Nara Cordeiro, Nikolas Stefanovich, Pedro Schmitt, Priscilla da Silva Souza, Roger Alexandre, Rosa Marinho, Sergio Sachet, Suzana Couto Tancredo, Ula Weiss, Valmir Matos, Vinicius Hamagushi, Vitor Santos e Viviane Bornholdt

Relações Institucionais: Jamile Machado, Luciano de C. Oliveira, Maria do Carmo Kravchychyn e Stela Martins

Revisão: Verlaine Silveira

Diagramação e Artes: Rafael dos Santos

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Giancarlo Bortoluzzi, Jonas Lemos Campos e Solon Soares

Pesquisa e Elaboração: Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas e Karina Azevedo das Neves

Expedição: Edna Schumacker, Mônica Meyer, Simone Marçal Alves e Soraia Marçal Boabaid

Estagiários Programa Antonieta de Barros: Roberta dos Santos Martins, Rodrigo César de Araújo e Suelen Regina Hilário

Impressão: Diário Catarinense

Rede Globo é homenageada pelos seus 40 anos

(foto Solon Soares)

Por proposição do presidente da Assembleia Legislativa, deputado Julio Garcia (PFL), do vice-presidente, deputado Herneus de Nadal (PMDB), e da deputada Simone Schramm (PMDB), aprovada pelos membros da Mesa, a Alesc homenageou a Rede Globo de Televisão pelos 40 anos de atividades na noite do dia 28 de junho. Na oportunidade, o grupo RBS, retransmissora da homenageada em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, fez a explanação do projeto *Educar é Tudo*. Participaram também da solenidade o secretário adjunto da Educação, Diomário Queiroz, o diretor de Comercialização da Rede Globo, Marcelo Assumpção, o diretor institucional da RBS em Santa Catarina, Sérgio Sirotsky, o coordenador para Santa Catarina da FMSS (Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho), Miguel Minguillo, o comandante da 14ª BIM (Brigada de Infantaria Motorizada), general de brigada João Tranquilo Beraldo, e os deputados João Henrique Blasi (PMDB), Genésio Goulart (PMDB), José Carlos Vieira (PFL), Vanio dos Santos (PT), Sérgio Godinho (PTB), Nilson Gonçalves (PSDB),



Deputados e representantes da RBS e Rede Globo

Manoel Mota (PMDB), Pedro Baldissera (PT), Nilson Nelson Machado – Duduco (sem partido) e Joares Ponticelli (PP).

Garcia iniciou a solenidade observando que não teve dificuldades para justificar

a proposição feita em conjunto com Simone e Herneus, “tantas foram as obras edificadas pela Rede Globo em prol do cidadão brasileiro”. Em seguida, o vice-presidente assumiu a tribuna para prestar a homena-

gem à instituição, representando os deputados da situação. “Bastaria só a história para se justificar a homenagem da Alesc mas há, ainda, a sólida parceria com o grupo RBS, que com suas emissoras de televisão e com o apoio de outras mídias enraizou-se em todos os cantos de nosso Estado”, completou o vice-presidente.

Em nome das bancadas de oposição, Pedro Baldissera destacou o papel da imprensa e, em especial, o papel estratégico da homenageada. “A Rede Globo, mais poderoso instrumento de comunicação do nosso país, vem contribuindo significativamente para integrar e firmar a identidade brasileira, valorizando a nossa cultura e a nossa língua” ressaltou.

Sirotsky agradeceu a iniciativa, salientou a parceria entre a Globo e a RBS, destacando que ambas possuem propostas éticas e comunitárias parecidas. “São duas redes que se vinculam de suas comunidades pela vocação de suas origens”, disse ele. (CA)

Sessão comemora aniversário da ACISFS

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)

A ACISFS (Associação Comercial e Industrial de São Francisco do Sul) foi homenageada pelos seus 90 anos de fundação em sessão solene realizada na noite do dia 29 de junho. “Ao longo desse tempo, a ACISFS participou de várias batalhas, considerando os cenários de cada época, mas conseguiu o reconhecimento de todos os empresários e cidadãos e o respeito por lutar e cooperar com os poderes públicos pela competitividade de suas empresas, pela qualidade de vida da população do município”, declarou a deputada Simone Schramm (PMDB), proponente da sessão.

O deputado Nilson Gonçalves (PSDB) falou em nome de todos os deputados. Ele contou um pouco da história da Associação, fazendo questão de citar alguns nomes de integrantes da primeira diretoria, como o presidente Marcos Görresen, o 1º vice-presidente, Alfredo Soares Gomes, e o 2º vice-presidente, João Egydio da Silveira. Ele também citou o nome dos 19 ex-presidentes que estiveram à frente da entidade desde 1948. “Dentre esses 19, muitos deles meus amigos do período em que morei em São Francisco do Sul”, disse Gonçalves.

A atual presidente da ACISFS, Jaqueline de Azevedo Gamper, afirmou que a sessão solene ficará marcada como o reconhecimento pelo importante trabalho que têm desenvolvido, não só em benefício do município, mas de Santa Catarina e do país. Ela destacou trecho da história da Associação. “Consta que, até 1934, os comerciantes franciscanos tra-

balhavam aos sábados, domingos e feriados sem qualquer tipo de folga. Então, a entidade instituiu, naquela época, o horário comercial. Atualmente, nossas principais atividades são o treinamento e a capacitação, através da promoção de cursos e palestras voltados a todos os setores que compõem a Associação.”

O presidente da Casa, deputado Julio Garcia (PFL), destacou que hoje as associações comerciais e industriais têm contribuído para a busca de uma sociedade melhor.

A instituição – A Associação Comercial e Industrial de São Francisco do Sul deriva da Associação Comercial dos Varejistas, fundada em 27 de junho de 1915, e atualmente tem 350 sócios.

Participaram os deputados Genésio Goulart (PMDB), Manoel Mota (PMDB), João Henrique Blasi (PMDB), Dionei Walter da Silva (PT), Odete de Jesus (PL), Herneus de Nadal (PMDB), Wilson Vieira – Dentinho (PT) e Gelson Sorgatto (PMDB), o prefeito de São Francisco do Sul, Odilon Ferreira de Oliveira (PMDB), o vice-presidente da Câmara de Vereadores de São Francisco do Sul, Joel Rosa (PMDB), o tenente-coronel Celso Dorian de Oliveira, representando o comandante geral da Polícia Militar, Bruno Knihis, e Fernando Braga, representando o deputado federal Edinho Bez (PMDB). (MAP)



Deputados Julio Garcia e Simone Schramm (ao centro) receberam placas da Associação

Comissão Representativa

Durante o recesso parlamentar, de 1º a 31 de julho, uma comissão representativa permanece no Legislativo. A Comissão, escolhida na sessão ordinária da manhã do dia 30, é integrada pelos deputados Julio Garcia (PFL),

presidente da Alesc, Odete de Jesus (PL), Joares Ponticelli (PP), Vanio dos Santos (PT), Paulo Eccel (PT), Gelson Merísio (PFL), Manoel Mota (PMDB), Francisco Küster (PSDB) e Antônio Carlos Vieira – Vieirão (PP).

Seminário valoriza Legislativo municipal

(foto Alberto Neves)

Cerca de 200 pessoas participaram do I Programa Regional de Formação de Agentes Políticos, na cidade de Criciúma, no último dia 30. O seminário foi promovido pela Escola do Legislativo, juntamente com o Programa Interlegis - Senado Federal, o ILB (Instituto Legislativo Brasileiro) e a Unilegis (Universidade do Legislativo), com apoio da ABEL (Associação Brasileira das Escolas dos Legislativos).

“Devemos qualificar a função do agente político para fazer da política uma arte do bem-comum. Devemos também estruturar e capacitar os legisladores para a participação no processo político da Nação”, afirmou Secco na abertura do evento. Disse ainda que a Escola do Legislativo catarinense caminha para a condição de uma universidade aberta, citando como exemplo Santa Catarina, que possui 235 museus, mas, no entanto, não tem um curso de graduação na área. “Nossa intenção é abrir um curso

de gestores de museu em nível de graduação, pois entendemos que o nosso maior patrimônio é a nossa história”, afirmou.

O prefeito da cidade de Forquilha, no sul do Estado, Paulo Hoepers, agradeceu a realização do evento na região dizendo que é muito importante essa troca de experiências entre os três níveis do Legislativo, pois acarreta melhores resultados nas atividades. O vereador Sérgio Hercílio Pacheco, presidente da Câmara de Vereadores de Criciúma, salientou que o I Programa Regional de Formação de Agentes Políticos é de suma importância, principalmente para aqueles que estão começando. “Esta é uma oportunidade única na região para buscar o aprendizado e fazer questionamentos, pois os agentes políticos precisam conhecer e saber como produzir as leis”.

O diretor do serviço de intercâmbio do Programa Interlegis - Senado Federal -, Francisco Salmito, focou seu discurso na importância da interiorização do Interlegis. (MAG)



Celestino Secco (ao microfone), na abertura do encontro, deu ênfase a nova fase da Escola

Assembléia cria Parlamento Jovem

Por proposição da deputada Ana Paula Lima (PT), foi criado o Programa Parlamento Jovem Catarinense, que vai oferecer anualmente a 80 estudantes do ensino médio de escolas públicas e particulares de todo o Estado a oportunidade de vivenciar o processo parlamentar. O projeto de Ana Paula, transformado na Resolução 3/05 já tem o calendário inaugural definido.



Ana Paula: projetos poderão ser aproveitados

Sob coordenação da Escola do Legislativo, o Parlamento Jovem será divulgado junto à rede de ensino de 26 de julho a 26 de agosto, período no qual serão aceitas as inscrições. Para garantir que todas as regiões do Estado serão contempladas, haverá um sorteio na sessão ordinária do dia 14 de setembro, de um total de 10 escolas que vão efetivamente participar do programa. A partir de então, as escolas escolhidas terão que preparar eleições internas, nas quais os estudantes vão eleger os seus “deputados mirins”.

Cada escola participará do programa com oito alunos, sendo quatro deputados mirins e quatro suplentes, totalizando 80 estudantes. Após eleitos, a Escola do Legislativo fará a capacitação básica dos mesmos e, no dia 10 de setembro, a Assembléia Legislativa receberá os projetos de lei dos alunos parlamentares.

No dia 23 de setembro, os

jovens terão um dia de atividade em Florianópolis, participando de palestras e visitando a Assembléia Legislativa. No dia 24 de setembro, ocorrerá finalmente a Sessão do Parlamento Jovem, com a votação dos projetos por eles apresentados.

Importância - Em 2003, por iniciativa da parlamentar, foi editada a Lei nº 12.731/03, que garante a estudantes dos níveis fundamental e médio a criação e funcionamento de grêmios em todas as escolas da rede pública e particular do Estado. A acolhida à legislação, define a deputada, “foi das mais entusiasmadas, inclusive com manifestação de lideranças da UCE (União Catarinense de Estudantes).

Inspirada na iniciativa bem-sucedida em São Paulo,

Rio de Janeiro e Paraíba, Ana Paula propôs então o Parlamento Jovem, que “vai se somar às atividades dos secundaristas, fortalecendo o movimento estudantil que, ao longo da história, produziu grandes lideranças, inclusive inúmeros deputados com mandato na atual legislatura e nas anteriores, e também teve participantes em episódios como o da Novembrada, das Diretas Já e do impeachment do presidente Collor”.

Além dos estudantes terem a oportunidade de conhecer na “prática” o processo parlamentar e vivenciar a atividade democrática do Legislativo, o Programa também vai refletir “os sonhos que permeiam as vidas dos jovens catarinenses através dos projetos de lei que apresentarem para votação no mandato de um dia”, acredita Ana Paula.

De acordo com ela, esses projetos de lei poderão até ser aproveitados pelos deputados da Casa. “Aqueles que forem interessantes, poderemos apresentar com nossa autoria, formalizando a proposta e viabilizando a análise real dos mesmos”. De qualquer forma, ela considera que todas as propostas serão importantes para que os jovens entendam como funciona o Legislativo, conquistando participação futura mais intensa na sociedade, num exercício de cidadania. (UW)

V Seminário Interlegis-Região Sul será em Florianópolis

Com o objetivo de promover a integração entre a comunidade legislativa e oferecer uma melhor compreensão da atuação do Legislativo nas diversas instâncias, o Programa Interlegis, do

Senado Federal, com o apoio da Assembléia Legislativa, por intermédio da Escola do Legislativo, realizará, nos dias 4 e 5 de agosto, o V Seminário Regional Interlegis - Região Sul.

Gonçalves é 2º vice-presidente

O deputado Nilson Gonçalves (PSDB) foi eleito na sessão ordinária do dia 29 para ocupar a 2ª vice-presidência da Mesa da Casa. Depois de um acordo entre os parlamentares, Gonçalves ficou com a vaga que já era ocupada pelo seu partido com o deputado Djalma Berger, que licenciou-se da Alesc para ocupar o cargo de secretário de Obras de Florianópolis.

Gonçalves, já empossado, agradeceu aos demais colegas pelos 32 votos favoráveis. “Me sinto honrado por fazer parte desta Mesa. Agradeço a todos os meus pares e principalmente ao meu partido”.



O novo 2º vice-presidente da Alesc

Deputados buscam solução para sistema de cupom fiscal

(foto Jonas Lemos Campos)

Com quase três horas de discussão, a audiência pública da Comissão de Finanças da Assembleia Legislativa, presidida pelo deputado Wilson Vieira - Dentinho (PT), e solicitada pelo líder do PSDB, Clésio Salvaro, objetivou buscar um consenso para os problemas que vêm sendo causados pela Integração do Sistema Emissor de Cupom Fiscal e as máquinas de cartão de crédito no Estado, conhecidas como TEF (Transferência Eletrônica de Fundos).

Presentes os deputados Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PT), Simone Schramm (PMDB), Ana Paula Lima (PT), Francisco de Assis (PT), Nilson Gonçalves (PSDB), Dionei Walter da Silva (PT), José Carlos Vieira (PFL), Gelson Merísio (PFL), Sérgio Godinho (PTB) e Antônio Ceron (PFL).

Além de lideranças políticas e empresariais de todas as regiões do Estado, principalmente micro e pequenos empresários, estiveram no debate o vice-presidente da Fampesc (Federação das Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina), Cloir Dassoler, o presidente da FCDL (Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de Santa



Empresários e parlamentares discutiram o problema durante quase três horas

Catarina), Roque Pelizzaro Júnior, e o diretor de Administração Tributária da Secretaria da Fazenda, Renato Hennig, acompanhado do auditor fiscal, Rogério Melo.

Os parlamentares foram unânimes ao afirmar que é preciso buscar alternativas para os problemas enfrentados pelos micro e pequenos empresários catarinenses que, segundo o representante da Fampesc,

não têm condições de arcar com os altos custos para implantar a TEF. "O custo de implantação é altíssimo, entre R\$ 12 mil e R\$ 15 mil, e o mensal de R\$ 500. Se é para evitar a sonegação fiscal, como alega a Secretaria da Fazenda, que se busque outras formas de fiscalização. Minha proposta é abolir a TEF para os pequenos e microempresários", sugeriu Dassoler. A FCDL

recomendou aos empresários que ainda não se adequaram à TEF que parem de utilizar o cartão de crédito em seus estabelecimentos.

O auditor fiscal da Secretaria da Fazenda assegurou que a fiscalização para verificar quem ainda não instalou a TEF vai continuar. A afirmação foi classificada como uma ameaça pelo vice-presidente da Fampesc. "Isso é ameaça. Os micro e pequenos empresários não têm medo", reagiu.

Ex-secretário da Fazenda, o deputado Vieirão propôs que o governo suspenda por três meses a notificação aos empresários que ainda não implantaram o sistema. Nesse período, Legislativo, governo e empresários buscariam uma solução, como por exemplo, uma emenda aditiva ao Projeto de Lei nº 255/05, do deputado Dionei, que trata da Emissão de Cupom Fiscal. O deputado Salvaro ampliou o prazo proposto por Vieirão até dezembro, e sugeriu ainda que as multas emitidas até agora fossem anuladas.

Impasse - O impasse foi mantido, mas nova reunião foi marcada, para hoje (8), desta vez pelo representante da Secretaria da Fazenda, Renato Henning. (RMPP)

Comissões discutem custo do transporte coletivo

(foto Alberto Neves)

Estratégias e caminhos para o barateamento das tarifas de transporte público em Santa Catarina foram o tema dos debates na audiência pública realizada na manhã do dia 27 de junho. A proposição foi do deputado Vanio dos Santos (PT), depois que Florianópolis viveu dias de conflito entre a Polícia Militar e estudantes, provocado pela majoração dos preços das passagens do transporte coletivo em 8,9%. O encontro foi promovido pela Comissão de Segurança Pública, presidida pelo deputado Dionei Walter da Silva (PT) em parceria com a Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano, presidida pelo deputado Rogério Mendonça - Peninha (PMDB).

Participaram o deputado Francisco Küster (PSDB), o prefeito de Florianópolis, Dário Berger (PSDB), o secretário da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, Ronaldo Benedet, o diretor de Cidadania e Inclusão Social do Ministério das Cidades, Luiz Carlos Bertotto, o representante do Movimento dos Estudantes de Florianópolis, Marcelo Pomar, técnicos e lideranças ligados ao setor, além de usuários e estudantes que lotaram as galerias do Plenário Osni Régis.

Ao abrir a audiência, o presidente da Casa, deputado Julio Garcia (PFL),

destacou a importância da discussão desse tema, que está na pauta não só de Florianópolis como em diversas capitais e cidades brasileiras. "Em boa hora a Assembleia aprovou a proposição do deputado Vanio para que se possa discutir até chegar a uma equação definitiva para que se possibilite, além do barateamento da tarifa, um transporte de melhor qualidade para a população", observou.

Vanio dos Santos apresentou requerimento para a realização da audiência para que fosse permitida, num momento de tregua depois dos conflitos registrados na capital, a discussão para a solução dos problemas de uma das mais impor-



Movimento estudantil no debate que buscou fórmulas de baratear o transporte



Deputado Vanio requereu a audiência

tantes políticas públicas, cujo direito de acesso está nas constituições federal e estadual. O deputado representou a Alesc em um encontro em Brasília, promovido por empresários do transporte coletivo com a participação de técnicos da área e dos poderes representativos, evento que foi instituído a partir das manifestações ocorridas em Belo Horizonte, São Paulo, Recife e Florianópolis sobre a falência do sis-

tema de transporte coletivo das cidades.

Vanio salientou que outros estados já apresentaram projetos isentando o ISS das empresas de transporte e disse que a sociedade não pode mais uma vez arcar com os impostos. Redução de impostos (Cofins, ISS, entre outros), criação de um fundo para subsidiar o transporte coletivo e estatização do serviço foram propostas discutidas durante o debate. (CA/TK/RMPP)

Audiência pública verifica problemas das barragens do Vale do Itajaí

Melhorias na infra-estrutura das barragens Sul (do município de Ituporanga), Oeste (de Taió) e Norte (de José Boiteux), e um encaminhamento concreto para a ocupação pelos índios da barragem do município de José Boiteux. Para discutir estes assuntos, a Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano promoveu audiência pública no dia 24, na ACIRS (Associação Comercial e Industrial de Rio do Sul).

Os principais problemas apontados pela população e autoridades foram a falta de investimentos na melhoria da infra-estrutura das barragens e a invasão da barragem de José Boiteux por índios xokleng. A audiência foi proposta pelos deputados Rogério Mendonça - Peninha (PMDB), presidente da Comissão, e Nelson Goetten (PFL), também membro da Comissão.

As barragens têm a função de conter as águas de rios em períodos de chuvas muito fortes para evitar inundações, neste caso, no Vale do Itajaí. A primeira preocupação é com a barragem do município de José Boiteux, que foi invadida por índios da reserva da região. "Os índios depredaram toda a casa de máquinas. Se chover, a barragem de José Boiteux não tem condições de operar", disse o secretário de Desenvolvimento Regional de Ibirama, Aldo Schneider.

A barragem Norte é a maior das três, com capacidade para armazenar até 357 milhões de metros cúbicos de água. A barragem Sul tem capacidade para reter até 95 milhões de metros cúbicos de água, e a de Taió, outros 85 milhões de metros cúbicos.

A invasão da barragem Norte por índios da reserva de José Boiteux é um fato que se repete há anos. Os índios perde-



Deputados Nelson Goetten (ao microfone) e Rogério Mendonça (ao lado, à direita) no encontro

ram parte de suas terras na década de 70 para que fosse iniciada a construção da barragem, inaugurada no início dos anos 90. Ficou acordado, então, entre o governo federal e a Funai (Fundação Nacional do Índio), que os índios seriam indenizados. "Em 1981, o governo do Estado, vendo que as questões de indenização não avançavam, assumiu alguns compromissos com os indígenas. Em 24 anos, muitas coisas foram atendidas e muitas não, por isso os índios continuam invadindo", explicou Aldo Schneider.

Relatório - Conforme relatório elaborado pela Amavi (Associação dos Municípios do Vale do Itajaí), o sistema

de comunicação usado nas barragens é considerado antigo. De acordo com o relatório da Associação, as barragens de Ituporanga e Taió contam com um sistema via rádio e um telefone fixo, que servem para receber orientação dos procedimentos operacionais provenientes do Deinfra (Departamento Estadual de Infra-estrutura) - órgão que está responsável pela administração das barragens. "Desde 1983, quando ocorreu a grande cheia do Vale do Itajaí, não houve nenhuma modernização nos sistemas de comunicação das barragens", disse Agostinho Senem, assessor técnico da Amavi.

A segurança das barragens também

foi considerada frágil e precária, "haja vista a ocupação de uma delas pela comunidade indígena", diz o relatório. A Amavi pede que se retome o controle da barragem de José Boiteux, mesmo que seja necessário o uso das Forças Armadas. Sobre os contratos de manutenção das barragens, feito pelo Deinfra com empresas terceirizadas, a Amavi sugere prazos de vigência superiores a um ano.

Encaminhamentos

Um dos encaminhamentos propostos no final da audiência foi a definição com o governo federal do cumprimento ou não do convênio de 1998, com a assinatura talvez de um novo convênio nos mesmos moldes do anterior, como explicou França.

Participaram da audiência o prefeito de Rio do Sul, Milton Hobbus (PP), o vice-prefeito de Rio do Sul, Jorge Teixeira (PFL), o prefeito de Ituporanga e presidente da Amavi, Carlos Hoegen (PP), o presidente da Associação Comercial e Industrial de Rio do Sul, Lino Rohden, o diretor da Defesa Civil de Blumenau, Marcelo Schrubbe, o secretário de Desenvolvimento Regional de Rio do Sul, Ernani Dutra, o secretário de Desenvolvimento Regional de Blumenau, Paulo França, o presidente da União de Câmaras de Vereadores do Alto Vale do Itajaí, Edson Fronza (PT), vereador de Rio do Sul, e Guarim Liberato, representante do Comitê do Itajaí. (MAP)

Comissão de Turismo debate Prodetur Sul

O coordenador geral do Prodetur Sul/SC (Programa de Desenvolvimento do Turismo em Santa Catarina), Guilberto Chaplin Savedra, e técnicos da Secretaria Estadual de Cultura, Turismo e Esporte estiveram no dia 30 reunidos com os deputados Sérgio Godinho (PTB) e Simone Schramm (PMDB), presidente e integrante da Comissão de Turismo e Meio Ambiente, respectivamente.

Eles explicaram o funcionamento do programa, que engloba os estados de Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul. Entre os objetivos para Santa Catarina estão a revitalização, a dinamização, a conservação e a recuperação de áreas turísticas, o aumento no número de turistas que visitam o Estado e a

geração de emprego e renda.

A expectativa catarinense é de obter 100 milhões de dólares - 60% através do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), 16% do governo federal e 24% com recursos do governo estadual, tendo como agente repassador o Banco do Brasil.

No dia de hoje (8), os coordenadores dos quatro estados estarão em Brasília para tratar da concretização do Prodetur. "O programa já se arrasta há quatro governos, desde 1994. Num primeiro momento, serão beneficiados os municípios do litoral catarinense e depois o programa será levado para todas as regiões do nosso Estado", afirmou Savedra.

O deputado Godinho enfatizou a necessidade de colocar em prática o Prodetur para incrementar o turismo. (RMPP)



Deputado Sérgio Godinho e Guilberto Chaplin

Deputados querem lei para manejo da araucária

(foto Agência do Governo do Estado/Adriana Paula Martiello)

Ao abordar novamente a questão das unidades de conservação, o deputado Sérgio Godinho (PTB) defendeu, na sessão do dia 30, a elaboração de leis que permitam o uso e desenvolvimento sustentável de espécies da Mata Atlântica, especialmente no que diz respeito à araucária. O problema da araucária no Estado tem deixado a população da Região Serrana apreensiva e perplexa pela falta de alternativas para o manejo da espécie, avaliou o parlamentar.

Ele contou que a Portaria nº 37n/92, do Ibama, encontrou 118 espécies de árvores ameaçadas de extinção e, dentre elas, quatro em Santa Catarina: a araucária, o xaxim, a embuia e o sassafráz. Uma resolução do Conama (Conselho Nacional do Meio Ambiente), de nº 279/2001, permitia o uso das árvores para corte de 15 metros cúbicos ou 20 árvores em cada propriedade. Depois veio a Resolução 300/2002, que extinguiu o Artigo 2º da anterior, e não mais permitia os cortes, exceto em casos especificados de extrema urgência. Em 2000, uma liminar da 3ª Vara Cível proibia o corte, em qualquer situação, na Mata Atlântica. "E o Ibama diz que para se ter espécie em extinção tem que existir duas árvores por hectare. Então, como pode uma árvore que produz bilhões de sementes por ano ser condenada dessa forma sem ter um plano de manejo?", questionou.

Godinho enfatizou que não se pode jogar a responsabilidade por espécies em extinção sobre o agricultor, o produtor e o madeireiro, pois a economia era sustentada pelo extrativismo. "Precisamos de leis



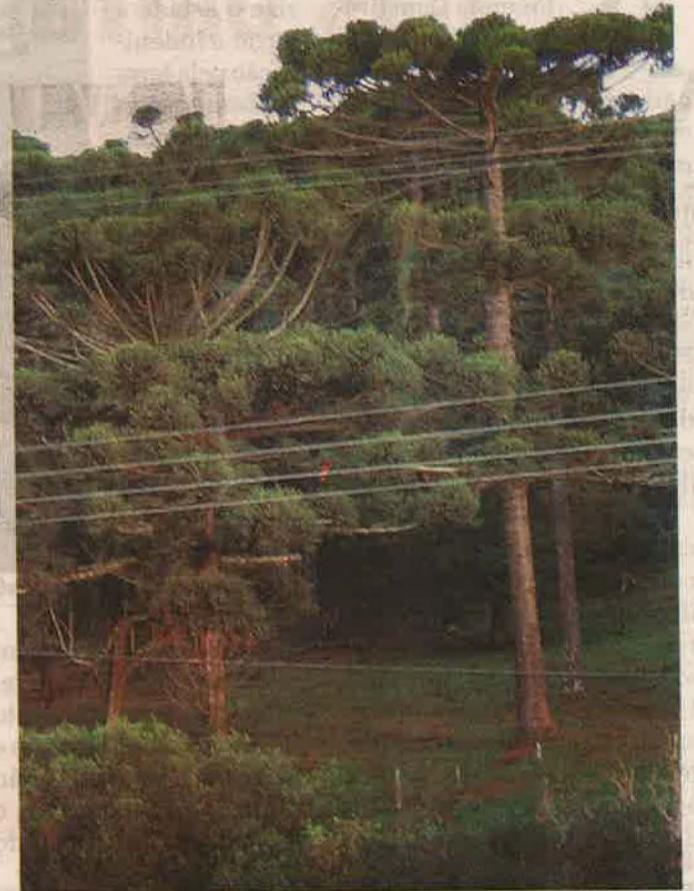
Ostensiva, segurança em audiência foi intimidatória, conforme Godinho

que permitam o uso e o desenvolvimento sustentável e possam fazer com que o homem sobreviva com o uso da araucária", assinalou.

Audiências - Godinho também classificou de decepcionante as audiências públicas realizadas pelo Ministério do Meio Ambiente, nos municípios de Abelardo Luz e Ponte Serrada. Cerca de mil agricultores compareceram ao evento, a fim de debater a criação da Unidade de Conservação Ecológica da Mata Preta, Parque Nacional das Araucárias e Área de Preservação Ambiental das Araucárias. "Primeiro a reunião estava marcada para as 9 horas, e começou às 10h30min. O local era abafado e achei falta de respeito com os agricultores", explicou, criticando ainda a grande quantidade de policiais militares armados no local. "Como resultado, não houve nenhum encaminhamento e a po-

pulação ficou ainda mais apavorada do que antes", avaliou. O deputado defendeu a realização de audiências públicas nesses municípios pela Assembleia Legislativa a fim de esclarecer as dúvidas dos agricultores que são proprietários de áreas que podem transformar-se em locais de conservação ecológica, além de ouvir sugestões para o problema. "Acredito que a RPN é a melhor saída, pois nesse tipo de reserva o agricultor é responsável pela conservação de árvores como a araucária em suas terras, como já ocorre hoje", afirmou.

Para a demarcação de áreas de preservação permanente, segundo o de-



Deputados defendem manejo sustentável das araucárias

putado Onofre Agostini (PFL), a solução poderia ser encontrada num artigo do presidente do Simpesc (Sindicato das Indústrias de Celulose e Papel de Santa Catarina), Flávio Martins. "Profundo conhecedor da matéria, ele vê o desenvolvimento sustentável como a maneira de promover qualidade de vida para a população do Meio-oeste catarinense", observou Onofre. (CA/TK)

Chapecó e Caçador discutem contratos com a Casan

Santa Catarina apresenta um dos piores índices de saneamento básico do país. Ocupando a 23ª colocação, fica atrás apenas dos estados de Rondônia, Piauí e Sergipe, o que significa que menos de 10% do território recebem tratamento de efluentes domésticos e industriais. Esse assunto e os contratos de concessão para exploração dos serviços de água e saneamento básico foram discutidos em audiências públicas realizadas nos municípios de Chapecó e Caçador, pelas Comissões de Turismo e Meio Ambiente e de Trabalho e Serviço Público, presididas, respectivamente, pelos deputados Sérgio Godinho (PTB) e Afrânio Boppé (PT).

Em Chapecó, o encontro aconteceu no dia 23 de junho, na Câmara de Vereadores, e contou com a presença dos deputados Sérgio Godinho (PTB) e Pedro Baldissera (PT). Anunciou-se a disposição da administração municipal em adotar a gestão compartilhada na ex-

ploração dos serviços de água e saneamento. O representante da prefeitura, Valmir Carlos Kirschner, explicou que não há, a princípio, o interesse na municipalização destes serviços, mas que se avança na discussão dos termos de uma eventual gestão compartilhada. Ele informou que após o vencimento do contrato de concessão para a Casan, que tinha prazo de 30 anos, prorrogou-se primeiramente por um ano, e na administração passada por mais 10 anos. No entanto, sem a discussão dos termos pela Câmara de Vereadores, o que levou a atual administração a revogar o decreto para aprofundar o debate em torno da gestão compartilhada.

O representante do Senge/SC (Sindicato dos Engenheiros do Estado de Santa Catarina), José Carlos Rauhen, afirmou que os municípios estão com a capacidade de endividamento esgotada, o que em caso de municipalização do sistema inviabilizaria grandes investimentos.

Caçador

No dia 24, na Câmara de Vereadores de Caçador, o deputado Sérgio Godinho (PTB) conduziu os trabalhos no encontro que contou com a presença do deputado Reno Caramori (PP). O prefeito da cidade, Saulo Sperotto (PMDB), informou que atualmente a Casan está explorando os serviços sem contrato, uma vez que, vencido o prazo de 30 anos da concessão datada de 1973, houve a solicitação de municipalização feita pela administração anterior. A Casan entrou na Justiça com uma ação cautelar pedindo ressarcimento de R\$ 7 milhões que teriam sido investidos no município e apresentou uma contraproposta para retomar a exploração dos serviços com a promessa de novos investimentos no ordem de R\$ 14 milhões.

Quando assumiu a administração, Sperotto disse que propôs a retomada dos serviços pelo município em período emergencial, com a busca da estrutura téc-

nica necessária junto à iniciativa privada, uma vez que a prefeitura não a possui. O Judiciário ainda não se manifestou quanto ao modelo de gerenciamento dos serviços com o final do contrato de concessão da Casan. Sperotto aceita a possibilidade de a Casan oferecer os serviços de captação e distribuição, desde que a um custo menor do que inicialmente foi proposto e a condição fundamental é de que os valores arrecadados no município sejam investidos em Caçador.

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Água e Esgoto de Santa Catarina, Odair Rogério da Silva, acredita que em uma eventual gestão compartilhada com a participação de conselhos municipais de saneamento viabilizaria investimentos no tratamento de efluentes domésticos e industriais, com a possibilidade de buscar recursos junto a instituições fi-

nanceiras internacionais.

O deputado Caramori assinalou que não vê nenhum esforço do governo estadual em buscar uma solução para a Casan. "Existe sim a disposição do governador em municipalizar o serviço de água", criticou Caramori. Ele também falou da aprovação de projeto de lei que autorizou empréstimo de R\$ 200 milhões à Casan, com aval do Estado. A proposta recebeu uma emenda de sua autoria, que determinava o atendimento preferencial aos municípios que já tivessem prontas propostas de investimentos na área de água e saneamento. Godinho defende que haja prioridade dos municípios no tratamento de efluentes domésticos e industriais. "Não adianta falarmos de distribuição de água se não combatemos o que está poluindo e contaminando a água". Ele defende a idéia de que o Ministério Público obrigue os municípios a investir em saneamento básico. (SD)

Emenda permite indenizar agricultores

A PEC (Proposta de Emenda Constitucional) nº 3/03, aprovada em Plenário no mês de maio, foi promulgada na tarde do dia 29 pelo presidente da Casa, deputado Julio Garcia (PFL). A promulgação também foi assinada pelo deputado Pedro Baldissera - Padre Pedro (PT), 2º secretário da Casa, e autor da PEC. A emenda constitucional vai permitir que o Estado indenize agricultores residentes em terras que sejam demarcadas como sendo indígenas.

Quando a União demarca uma área indígena, o agricultor tem direito a receber indenização. Mas isto é apenas relacionado às benfeitorias existentes no local, porque a União não pode pagar indenização por um área que lhe pertence. Por esta razão, muitos agricultores recusavam-se a deixar a terra. A emenda pro-

mulgada autoriza o Estado a pagar a indenização pela terra também e aguarda regulamentação, que deve ser feita através de projeto de lei encaminhado pelo governo. "Esta emenda não põe um ponto final no problema. Mas, ninguém dá um segundo passo sem dar o primeiro", declarou Garcia.

A assinatura contou com a presença do superintendente regional do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), João Paulo Lajus Strapazzon, e do delegado do Ministério



Promulgação de emenda reuniu parlamentares, Ibama e lideranças indígenas

do Desenvolvimento Agrário em Santa Catarina, Jurandir Gugel. Esses dois órgãos, juntamente com o Ministério da Justiça, são os responsáveis pela demarcação de terras indígenas. Presentes tam-

bém os deputados Dionei Walter da Silva (PT), Ana Paula Lima (PT) Paulo Eccel (PT), Vanio dos Santos (PT), Afrânio Boppré (PT), Wilson Vieira - Dentinho (PT) e João Henrique Blasi (PMDB). (MAP)

Feriados são transferidos

De autoria do deputado Celestino Secco (PP), foi aprovada a alteração da Lei nº 12.906, de 2004, que institui a data magna do Estado de Santa Catarina, e na sessão ordinária do dia 29.

Celestino sugeriu que sempre que os dias 11 de agosto e 25 de novembro coincidirem com dias úteis da semana, os feriados e os eventos alusivos às datas sejam transferidos para o domingo subsequente.

O Estado de Santa Catarina comemora sua data magna no dia 11 de agosto através da Lei nº 12.906. É uma data que visa resgatar historicamente as origens do Estado. Já a data de 25 de novembro diz respeito a um dia religioso dedicado a Santa Catarina de Alexandria, previsto no calendário litúrgico da Igreja Católica.



Deputado Celestino Secco

Estado pode ter Banco de Cordão Umbilical e Placenta

Santa Catarina está autorizada a criar o Banco Estadual de Material Placentário e Cordões Umbilicais para fins de transplante, pesquisa e clonagem terapêutica, estando autorizando também a receber doações de cordões umbilicais.

As medidas estão autorizadas

com a aprovação de dois projetos de lei da deputada Simone Schramm (PMDB). A autora explica que a iniciativa nasceu de contatos com a Secretaria da Saúde e entidades representativas como a ACM (Associação Catarinense de Medicina). Atualmente, os trans-



Simone: projetos pela vida

plantes de cordões não-familiares realizados no Brasil são feitos com material proveniente de outros países e são financiados pelo governo federal com um custo aproximado de R\$ 60 mil. Soma-se ainda o valor do congelamento do cordão umbilical, que é de R\$ 3 mil. (SD)

Programa valoriza Língua Portuguesa

A partir da sanção do Projeto de Lei nº 160/05 ficará instituída a Semana de Defesa e Valorização da Língua Portuguesa. A proposta foi apresentada pela deputada Simone Schramm (PMDB). A semana será comemorada anualmente no mês de outubro, iniciando dia 15, Dia do Professor.

Cargos no Judiciário

De autoria do Tribunal de Justiça, o Projeto de Lei Complementar nº 8/5, que cria cargos de Juiz de Direito Substituto de Segundo Grau, cargos no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça, foi aprovado pelos deputados.

Segundo o desembargador Jorge Mussi, presidente do TJ, essa ampliação do quadro de pessoal, efetivo e comissionado ocorrerá gradualmente, atendendo as premências, as dotações orçamentárias e as conveniências administrativa e financeira.

Sistema de Ensino é modificado

O Plenário aprovou o substitutivo global, de autoria da Comissão de Educação, ao Projeto de Lei nº 92/05, de origem governamental, que altera dispositivos da Lei nº 3.030/62, que dispõe sobre o Conselho Estadual de Educação, e da Lei nº 4.394/69, que dispõe sobre o Sistema Estadual de Ensino. Quanto ao Conselho, o Artigo 3º da Lei passa a garantir a participação no órgão de um repre-

sentante da Undime (União Nacional dos Dirigentes Municipais da Educação), um do Sinte (Sindicato dos Trabalhadores em Educação) e um da UCE (União Catarinense dos Estudantes).

O mandato dos conselheiros será de seis anos, permitida por apenas uma vez a sua recondução. Em caso de vacância, será nomeado o suplente para completar o prazo

do mandato. Na constituição do Conselho será observada adequada representação do magistério oficial e particular e dos diferentes graus de ensino.

Quanto ao Sistema Estadual, o parágrafo 1º do Artigo 111 estabelece que o Conselho disporá de conselheiros suplentes, nomeados da mesma forma que os titulares, em número de sete, cuja convocação será disciplinada no regimento do Conselho. (RV)

Quórum é reduzido

Foi aprovado o Projeto de Lei nº 202/05, de origem do Executivo, alterando a Lei nº 9.120/93 que criou o Conselho Estadual de Saúde. Trata-se de redução do quórum mínimo para instalações das sessões plenárias do Conselho Estadual de Saúde, que atualmente é de dois terços de seus membros, que passará a ser de maioria absoluta.

Sapiens Parque

A Codesc (Companhia de Desenvolvimento do Estado) passa a ser sócia na Sapiens Parque S.A., conforme estabelece o Projeto de Lei nº 74/05, de origem governamental, aprovado na última semana de junho. A proposta foi concebida pela Codesc e desenvolvida juntamente com a Fundação Certi (Fun-

dação Centros de Referência em Tecnologias Inovadoras) e Instituto Sapiencia.

O Sapiens Parque tem como objetivo deflagrar um processo de desenvolvimento regional, a partir de um empreendimento a ser implantado em uma área de 4,5 milhões de metros quadrados, localizada em Florianópolis. (MAP)

Alterado percentual para bolsas

Foi aprovado o PLC nº 10/05, que altera a Lei Complementar nº 281, de 20 de janeiro de 2005, de autoria do deputado Paulo Eccel (PT), que propõe aumento anual dos percentuais mínimos para a concessão das bolsas de estudo previstas no Artigo 170 da Constituição Estadual.

Três projetos, de autoria dos deputados Paulo Eccel (PT), Herneus de Nadal (PMDB) e Gelson Merísio (PFL), sobre o assunto, tramitaram na Comissão de Constituição e Justiça. Mas, em reunião com Jorginho Mello (PSDB), que relatou esta nova proposta, houve um encaminhamento para que no segundo semestre des-

te ano, e em 2006, cada estudante seja contemplado com o mínimo de 30% do valor de sua mensalidade. Em 2007, serão 40%, e em 2008, último prazo para que o governo do Estado integralize o repasse total de 5% dos 25% que são constitucionalmente destinados à educação, o percentual atingirá 50% da mensalidade.

Multas - Também de autoria de Eccel, o Projeto de Lei nº 38/05, alterando a Lei nº 12.570/03 que estabelece a meia entrada aos estudantes e menores de



Deputado Paulo Eccel

18 anos para acesso a eventos culturais e desportivos, passou em Plenário. Segundo Eccel, a nova lei, caso sancionada pelo governador, a nova lei vai permitir a ação dos órgãos responsáveis pela fiscalização, como o Procon e o Ministério Público. (CA)

Moção pede fim de taxas

Os meses de junho e julho se caracterizam pela realização das típicas festas juninas e julinas em todos os lugares. Nas escolas, é um evento que também proporciona angariar recursos para investimento na infraestrutura. Por isso, o deputado Francisco de Assis (PT) apresentou Moção pedindo a isenção da taxa cobrada pelo ECAD (Escritório Central de Arrecadação e Distribuição) às escolas públicas estaduais.

A Moção foi aprovada na sessão plenária do dia 28 e será encaminhada à superintendente nacional do ECAD, Glória Braga, e à ge-



Moção de Assis reivindica isenção

rente regional do órgão em SC, Giselle Pinto da Luz. A principal justificativa é reduzir despesas, visto que estes eventos servem para arrecadar fundos em

benefício das escolas. Como um dos atrativos das festas é a animação musical, seja ao vivo ou ao som mecânico, o ECAD cobra em torno de R\$ 0,70 (setenta centavos) por pessoa ou, então define o valor da taxa por metro quadrado onde ocorre a sonorização (geralmente nos pátios escolares).

A cobrança é amparada pela Lei nº 9.610/98. "Sem música, se torna inviável a festa e muitas vezes pagar a taxa do ECAD sai mais caro que a própria atração musical", observa. (EVT)

MP 117 recebe duas emendas

A Medida Provisória nº 117, de 24 de junho de 2005, que concede aos servidores públicos estaduais, ativos e inativos, pertencentes ao quadro pessoal da Secretaria Estadual da Saúde, antecipação de vencimentos, foi aprovada com duas emendas modificativas. O valor previsto na MP é concedido ao servidor sujeito ao regime de 40 horas semanais e ao inativo com proventos integrais. Através da MP, o Poder Executivo fica autorizado a proceder, por decreto, aos ajustes orçamentários necessários ao seu cumprimento.

A primeira emenda aprovada dá nova redação ao Artigo 1º da MP e considera remuneração fixa o valor do venci-

mento do cargo do efetivo, acrescido da gratificação complementar de vencimento e outros dispositivos. Segundo justificativa do deputado Onofre Agostini (PFL), autor da emenda, o objetivo é assegurar que nenhum servidor sofra decréscimo remuneratório.

A outra emenda foi apresentada pelo deputado João Henrique Blasi (PMDB), líder do governo, e dá nova redação ao Artigo 5º da MP 117. O texto estabelece que o chefe do Poder Executivo encaminhará à Assembleia Legislativa do Estado, caso necessário, as adequações legais do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual. (GMP/MAP)

Aprovados

Contratos

A Fundação Udesc foi autorizada, com a aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 19/05, de autoria do Executivo, a prorrogar o prazo do contrato de 279 professores colaboradores lotados no Centro de Educação a Distância, até o dia 28 de fevereiro de 2006.

Custas

O Projeto de Lei Complementar 6/05, proveniente do Tribunal de Justiça, altera o sistema de cobrança das custas judiciais, estabelecendo o pagamento integral quando do ajuizamento da ação. Pela justificativa, o Judiciário pretende objetiva assegurar a arrecadação dessas verbas, que pode representar um acréscimo de receita na ordem de R\$ 5 mil a R\$ 6 mil.

Tributos

O Projeto de Lei nº 121/05, de origem governamental, que altera dispositivos da Lei nº 3.938/96, que trata de normas gerais de direito tributário, foi aprovado na noite do dia 29. De acordo com o projeto, a nova redação proposta para os artigos 20-A, 54 (incisos V e VI), 58-A, 59, XI, 81-A e 113, significa a incorporação à legislação catarinense das alterações introduzidas no Código Tributário Nacional pela Lei Complementar nº 104, de 2001.

Pela matéria, a competência legislativa dos Estados é limitada a não mais que reproduzir as disposições da lei complementar porque, pela Constituição Federal, compete privativamente à União legislar sobre normas de direito tributário. Assim, os estados e o Distrito Federal ficam impedidos, sob pena de inconstitucionalidade, de legislar contrariamente ao disposto pelo legislador complementar.

Títulos

Os parlamentares aprovaram o Projeto de Lei nº 161/05, de autoria do deputado Francisco Küster (PSDB), que concede o título de cidadão catarinense a Roberto Rogério do Amaral. O empresário foi presidente da SCC (Sistema Catarinense de Comunicações) e também participou "da revolução tecnológica nas telecomunicações em Santa Catarina, verificada nos últimos 30 anos", justificou Küster.

Requião - Também foi aprovado o Projeto de Lei nº 179/04, de autoria do deputado César Souza (PFL), que concede o título de cidadão catarinense a Roberto Requião, atual governador do Paraná. A homenagem, conforme Souza, já se justificaria pelo "eminente cidadão e homem público que é homenageado, mas também pela postura correta, isenção e justiça com que atuou nas funções de governador e senador da República pelo Paraná".

Fundação

Na noite do dia 29, os deputados avalizaram a criação da Fundação Cultura Badesc, instituída pelo projeto de Lei nº 89/05, de origem governamental.

A finalidade é estimular, apoiar e promover o desenvolvimento artístico, cultural, esportivo e educacional, bem como fomentar a pesquisa e o processo tecnológico e científico aplicados à cultura no âmbito do Estado de Santa Catarina.

Programa

De autoria do Executivo, foi aprovado o Projeto de Lei nº 123/05, que disciplina o Programa de Resultados através da avaliação de desempenho institucional, da autonomia gerencial, orçamentária e financeira, da aplicação de recursos orçamentários provenientes de economias com despesas correntes e ampliação de arrecadação e receitas no âmbito do Poder Executivo.

Autorização

Aprovado o Projeto de Lei nº 124/05, de autoria do deputado Jorginho Mello (PSDB), que altera o Artigo 1º da Lei nº 12.291, de 2002, que autoriza o Poder Executivo a utilizar-se do instituto da permissão para delegar serviços públicos na área de trânsito no Estado.

A partir da sanção do projeto, fica o Estado a autorizar o credenciamento de médicos e psicólogos, a formação de condutores de veículos automotores e vistoria de veículos para fins de registro e licenciamento.

Data

O Projeto de Lei nº 179/05, de autoria do deputado Joares Ponticelli (PP), que institui o dia 22 de abril como o Dia da Família Adotiva Catarinense, foi aprovado na sessão ordinária do dia 29. A proposta pretende resguardar o direito da família que adota um bebê, criança ou adolescente, que assume as obrigações de criar e dar condições a esses cidadãos catarinenses.

Merenda

A carne suína passará a ser incluída na merenda escolar em Santa Catarina com a aprovação do Projeto de Lei nº 468/04, do deputado licenciado Mauro Mariani (PMDB). Fica responsável pela inclusão deste alimento o Conselho Estadual de Alimentação Escolar.

Capital

Brusque é a Capital Catarinense dos Tecidos com a aprovação do Projeto de Lei 470/04, do deputado Cesar Souza (PFL). O autor justifica a sua iniciativa como uma forma de reconhecer o empreendedorismo da cidade no setor têxtil e os benefícios gerados para a população a partir dele.

Petistas apontam prejuízos à LDO

O presidente da Comissão de Finanças da Assembléia Legislativa, deputado Wilson Vieira - Dentinho (PT), apontou prejuízos com a rejeição do parecer apresentado pelo deputado Dionei Walter da Silva (PT), para o Projeto de Lei nº 105/05, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) para 2006. Pela manhã, o parecer foi reprovado na Comissão de Finanças e, à tarde, na sessão plenária, foi aprovado o novo parecer da LDO apresentado pela base governista.

Conforme Dentinho, a proposta do relator petista atendia a todas as demandas do Orçamento Regionalizado deste ano e haveria a ampliação dos repas-

ses para o Ministério Público, Tribunal de Contas, Tribunal de Justiça e Udesc. Como foi rejeitado, a maioria das emendas apresentadas - 477 - por todos os deputados também foi rejeitada. "Só houve a aceitação de parte das emendas oriundas das audiências do Orçamento Regionalizado deste ano", lembra o deputado.

O deputado Dionei Walter da Silva (PT), que foi relator da matéria e teve seu relatório rejeitado, disse que não houve espaço para discussão já que foi votado o requerimento de Mota. "Este é o modo do governador governar, nem o debate ele permite", completou.

Fundo - O Fundo Social também foi duramente critica-

do pelo parlamentar, que o denominou de "enganação". Na questão dos municípios, segundo ele, o Fundo Social é distribuído de acordo com o interesse do governador. "Os municípios dos parlamentares da base governista são os que mais recebem investimentos vindos do Fundo", argumentou.

Em aparte, o deputado Afrânio Boppré (PT) concordou e acrescentou dizendo que, além de tudo, as empresas que simplesmente não pagaram os seus impostos ainda têm descontos. "Ao contribuírem com o Fundo Social, essas empresas não estão fazendo caridade e sim devolvendo, e ainda apenas uma parte, do que pertence ao Estado. Este é um Robin Wood às avessas", afirmou. (RA/TK)

Herneus defende Fundo Social

Na opinião do deputado Herneus de Nadal (PMDB), a iniciativa da bancada do Partido Progressista de ingressar com uma Adin (Ação Direta de Inconstitucionalidade) contra a lei que criou o Fundo Social, "é um desrespeito com o Poder Judiciário catarinense".

Herneus observou que o Poder Judiciário julgou pela constitucionalidade do programa e por isso considera que a iniciativa poderá intimidar a participação do empresariado. "Este ato pode soar como uma ameaça aos empresários que aderiram ao programa para viabilizar a geração de renda em Santa Catarina".

Apoio - Na última sessão plenária de junho, Herneus apresentou a manifestação, através de nota de esclarecimento, do prefeito de Rio do Sul, Milton Hobus (PP), criticando duramente a atitude da sigla em detrimento de benefícios que a população poderia receber em função dos recursos advindos do projeto.

Nadal disse que os empresários que aderiram ao Fundo Social estão sendo intimidados e agora es-



Herneus lamentou ações do PP

tão sendo processados. Segundo ele, a iniciativa de ações judiciais contra o projeto causa prejuízos na área social para toda Santa Catarina e está havendo desrespeito às decisões do Poder Judiciário, que já se manifestou sobre as ações impetradas. "A lei do Fundo Social está em vigor, é legal e constitucional, mesmo assim a oposição toma essa iniciativa para prejudicar o Estado", observou. (CA/MOR)

Dionei recebe documentos sobre Casan

O deputado Dionei Walter da Silva (PT) recebeu do juiz do Trabalho, Marcel Luciano dos Santos, cópia do acórdão relatado pelo juiz Gilmar Cavalheri, referente a processo trabalhista envolvendo a Casan (Companhia Catarinense de Águas e Saneamento). A cópia, datada de 11 de abril de 2005, foi encaminhada ao deputado por ter presidido a CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) da Casan, já encerrada. O acórdão pede "providências cabíveis, ante a pífia defesa dos interesses da sociedade de economia mista estatal".

A Casan foi condenada num processo trabalhista e acabou recorrendo da sentença. Porém, o recurso não foi aceito. Na sessão plenária do dia 21 de junho, Dionei leu tre-



Dionei presidiu CPI

chos do documento recebido, entre os quais o que afirma que "a defesa, ou foi conivente com os pedidos do reclamante, ou foi negligente com o erário público". Perante os argumentos de uma defesa inconsistente dos interesses da Casan, ficou determinado o envio de cópias da contesta-

ção, do recurso ordinário, das contra-razões da Casan e do acórdão à OAB/SC, ao Ministério Público Estadual, ao governador e à Assembléia Legislativa para as providências cabíveis. "Não podemos ficar parados diante dessa denúncia. Através da Comissão de Trabalho temos que chamar o presidente da empresa, Walmor de Lucca, para explicar esses fatos", sugeriu o deputado Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP).

Condenação - No final de junho, a Justiça tornou indisponíveis os bens do advogado Rubens João Machado, que foi apontado pelas investigações da CPI como um dos responsáveis por desvios de recursos resultantes do esquema das ações trabalhistas. (MAP)

Duduco avalia redução de ISS

O deputado Nilson Nelson Machado - Duduco (sem partido) considerou positiva a decisão do prefeito de Florianópolis, Dário Berger (PSDB), de diminuir o ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza) incidente nos serviços prestados pelas empresas de transporte coletivo. O parlamentar acredita que com isso Florianópolis voltará a ter dias tranquilos.

Duduco também falou sobre os pardais espalhados pela capital. O deputado argumentou que o prefeito deveria

tomar uma atitude mais correta, como a relativa às tarifas do transporte. "Foi preciso chegar a um extremo para Dário Berger tomar uma atitude. Com relação aos pardais, o que será que vamos ter que fazer para ele revogar esse absurdo?", afirmou.

Para o parlamentar, o trânsito não pode ser doutrinado através de multas. "Imagina se começássemos a multar o prefeito em cada ato errado que ele praticar? Da posse até aqui ele já teria tomado várias multas", comentou.

Creches - Preocupado com as dificuldades que as creches administradas pelas ONGs (Organizações Não-governamentais) de Florianópolis estão enfrentando para pagar as auxiliares de sala de aula, o deputado pediu que a primeira-dama do município, Rose Berger "tome a frente deste problema e não permita que dezenas de crianças sofram com esta situação". Ele comentou que várias creches precisam realizar bingos para obter recursos a fim de pagar essas funcionárias. (DAB/MOR/TK)

Deputados discutem ações do governo

O deputado Celestino Secco (PP) foi o primeiro parlamentar a comentar a reunião do governador Luiz Henrique da Silveira com os seus 30 secretários regionais, na sessão ordinária do dia 28 de junho.

"O governador pediu agilidade na resolução dos problemas, pois hoje ele ainda precisa interferir para que medidas sejam tomadas", afirmou. "Será que Luiz Henrique finalmente percebeu que a discussão precisa ser baseada na competência dos secretários e não o modelo político?", questionou.

O deputado Nilson Gonçalves (PSDB) questionou as razões da oposição sempre querer atingir o governo. "Não vejo uma explicação para esse tipo de situação, pois discordar do adversário é natural, mas criticá-lo como o deputado Joares Ponticelli (PP) fez ao dizer que 'esse governo está entrando no atoleiro', isso não está correto".

Em aparte, Ponticelli, líder do PP, disse que o povo já está cansado e não tem mais paciência para esperar as propostas do governo. "Vejo que esta administração está indo correnteza abaixo." Ao retomar a palavra,

Gonçalves salientou sua crença na reeleição de Luiz Henrique da Silveira. "Já que o senhor está sendo bem atendido pelo governo, peça para ele olhar por Tubarão, que o prefeito Carlos Stupp (PSDB) é seu correligionário e está abandonado. Não recebeu nenhum centavo, só um empréstimo do Badesc, o qual está pagando, e que poderia ter sido feito em outro banco", contrapôs o progressista.

Gonçalves comparou o secretário regional de Tubarão, Ademir Matos, a um aluno atrasado. Para Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP), a comparação de Gonçalves foi equivocada. "Os secretários são nomeados, não para receber treinamentos, nem para receber aulas, e muito menos para receber notas." Gonçalves desculpou-se dizendo que só fez um paralelo e afirmou que "Matos é competente".

O líder do PMDB, deputado Manoel Mota, afirmou que o contrato com o Badesc tinha sido prometido pelo ex-governador e não foi executado. "Prometeu e não cumpriu, uma incompetência total", disse Mota. (DAB/TK/TM)

Odete destaca evento

(foto Agência do Governo do Estado/ Antônio Carlos Majalda)

A deputada Odete de Jesus (PL) destacou em Plenário, na sessão do dia 28 de junho, a participação de milhares de jovens na Marcha para Jesus, evento que ocorreu no dia 25, em Florianópolis.

Segundo Odete, estavam presentes ao evento o governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB), o deputado estadual Narcizo Parisotto, o vice-prefeito da capital, Bitá Pereira (PSDB), e os vereadores Alceu Nieckartz (PL) e

Jair Miotto (PTB).

No ano passado, os deputados aprovaram projeto de lei proposto pela parlamentar instituindo o último sábado do mês de junho como o Dia Estadual da Marcha para Jesus. "Queremos agradecer ao governador e ao vice por ter olhado com bons olhos esse nosso projeto e ter sancionado a lei. Quantos jovens, por amor e fé, deixam de estar drogados ou cometendo crimes em nosso país, quando estão fazendo a oração e a comunhão ensinada por nosso Senhor?", declarou. (MAP)



Odete (à esquerda), elogiou apoio do governador. À direita, deputado Narcizo Parisotto

Vieira agradece

Ao agradecer a todos que confiaram em seu nome e garantiram a possibilidade de chegar à Assembleia Legislativa, o deputado José Carlos Vieira (PFL), que assumiu a cadeira deixada pelo deputado licenciado Djalma Berger (PSDB), disse que pretende corresponder com muita dedicação e seriedade em suas atividades. O parlamentar aproveitou para agradecer a recepção carinhosa que teve dos colegas deputados assinalando que essa manifestação é um incentivo. "Por isso vou trabalhar com muita dedicação para o povo catarinense."

Vieira também parabenizou o deputado Nilson Gonçalves (PSDB), pela eleição ao cargo de 2º vice-presidente da Mesa, e salientou que "a história já registou o seu nome". Desejou a Gonçalves muito sucesso e a realização de seu projetos. (MOR)



Deputado José Carlos Vieira

Goetten parabeniza governo



Goetten está satisfeito com LHS

Satisfeito com a atitude do governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB), o deputado Nelson Goetten (PFL) ocupou a tribuna na sessão do dia 29 para agradecer e parabenizar iniciativa do governo que beneficiou os municípios de Rio do Sul e Lontas. Segundo Goetten, foram viabilizadas as obras de pavimentação e melhorias na rodovia que liga Rio do Sul a Lontas. "Serão investidos R\$ 16 milhões na obra de pavimentação, num trecho de 21 quilômetros. Um segundo projeto foi assinado, prevendo a construção de 600 casas comunitárias, no valor de R\$ 12 milhões", informou Goetten.

Para Goetten a atitude do governador foi de extrema grandeza. "A assinatura desses dois projetos beneficiou o município de Rio do Sul, administrado pelo prefeito Milton Hobus, do PP." (TM)

Gonçalves elogia Maternidade

Orgulhoso pelo trabalho desenvolvido na Maternidade Darci Vargas, de Joinville, o deputado Nilson Gonçalves (PSDB) falou da tribuna na sessão do dia 22 sobre o certificado entregue à entidade um dia antes. Segundo o parlamentar, mais uma vez a cidade de Joinville é motivo de orgulho para o Estado de Santa Catarina. "Após uma série de avaliações na instalação física, atendimento e métodos de trabalho, o Ministério da Saúde achou justo classificar a maternidade como exemplo, concedendo o selo que garante qualidade e profissionalismo às atividades

ali desenvolvidas", explicou Gonçalves.

O parlamentar informou que um dos critérios decisivos para a concessão do selo é a oportunidade que o hospital oferece a residentes e estagiários da área da saúde, que ali trabalham. "São cerca de 17 residentes e 143 estagiários de medicina, enfermagem, psicologia, socorristas, terapia ocupacional e administração que passam pela maternidade mensalmente, ressaltou.

A unidade conta com mais de 50 médicos especializados que traba-

lham na busca de qualidade por um melhor atendimento. "Por essa e outras iniciativas, a Maternidade Darci Vargas é referência nacional e internacional do SUS (Sistema Único de Saúde) e da OMS (Organização Mundial de Saúde)", informou.

Penitenciária - Ainda em seu pronunciamento, Gonçalves parabenizou a iniciativa do governador que empenhou-se na construção da Penitenciária de Joinville, inaugurada no dia 21. "Iniciativas como essa proporcionam o crescimento do Estado e trazem oportunidades à sociedade." (TM)

Vieirão quer saber sobre gastos com publicidade

Como a bancada do PP mandou, por duas vezes, um pedido de informação para que o governo mostre o quanto está gastando com publicidade e não obteve respostas, o deputado Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP) informou que, se continuar sem respostas, irá solicitá-los novamente, desta vez através do Poder Judiciário. O parlamentar anunciou sua decisão na sessão ordinária do dia 30 de junho.

Segundo Vieirão, o governo empenhou, até junho deste ano, R\$ 22,5 milhões. "Quem não deve não teme. O secretário estadual da Comunicação, Derli Massaud Anunciação, nos avisou que documentos estão à disposição em sua Secretaria, entretanto, não quer nos trazer. Sendo assim, seremos forçados,

obrigados a incomodar o Judiciário novamente", frisou Vieirão, referindo-se à debate travado na sessão anterior, quando os parlamentares voltaram a falar sobre o Fundo Social, o deputado Herneus de Nadal (PMDB) acusou o PP de estar incomodando o Judiciário, já que o mesmo tinha dado legalidade ao projeto.

O líder do governo, deputado João Henrique Blasi (PMDB), enfatizou que os pedidos de informação estão a disposição dos parlamentares na Secretaria, e que está sendo feito um comparativo de gastos entre os governos atual e anterior. Vieirão assinalou que, enquanto foi secretário da Fazenda, sempre enviou os documentos pedidos. (DAB)

Onofre defende plano

O projeto que pretende mudar o plano de carreira dos professores voltou ao debate na última sessão plenária antes do recesso. O deputado Onofre Agostini (PFL) iniciou a discussão, argumentando que este projeto precisa ser encaminhado pelo governo com urgência ao Legislativo. "Nós parlamentares precisamos assumir este compromisso e pedir ao governador que envie rapidamente o projeto de cargos e salários dessa classe tão importante para todos", afirmou.

Para Onofre, não adianta construir escolas bonitas se os professores não são bem remunerados. "É prefe-



Agostini pede agilidade ao governo

rível que os alunos tenham aula na estrebaria com um professor motivado do que em uma bela escola com o professor preocupado, pensando se vai conseguir pagar as suas contas", comentou. Em aparte, os deputados Antônio Carlos Vieira (PP), Simone Schramm (PMDB) e Joares Ponticelli (PP), manifestaram apoio ao pleito. (CA/TK)

Lideranças recebem Medalha Carl Hoepcke

Em sessão solene presidida pelo deputado Julio Garcia (PFL), 40 líderes empresariais receberam a Medalha de Mérito Carl Franz Albert Hoepcke. É o reconhecimento do Legislativo a empresários que realizaram importantes ações nas áreas educacional, ambiental, social, econômica e empresarial, ou que tenham contribuído por outros meios com o desenvolvimento de Santa Catarina.

Autora do projeto de resolução que institui a honraria, a deputada Simone Schramm (PMDB) comentou que a personalidade que empresta o nome à medalha se destacou pelo incansável trabalho em prol do desenvolvimento de Santa Catarina. A deputada lembrou a trajetória de Carl Hoepcke desde sua partida do Porto de Hamburgo, na Alemanha, no ano de 1863, até a adoção e o desenvolvimento de atividades empresariais por mais de 40 décadas em território catarinense.

Os deputados Joares Ponticelli (PP) e Antônio Ceron (PFL), líderes do PP e do PFL respectivamente, representando as demais banca-

das, destacaram a figura ímpar de empreendedor que revelou-se Carl Hoepcke.

Em nome dos homenageados, o empresário Udo Döhler, comentou que em suas empresas se busca o comprometimento de todos, através do diálogo, do trabalho digno. Ele conclamou os colegas empresários a fazerem eco a iniciativas que correspondem às reais necessidades da sociedade. O presidente Julio Garcia falou da satisfação em homenagear líderes empresariais que ajudaram a escrever a história do desenvolvimento de Santa Catarina. "Transmitem seus ensinamentos e exemplos às novas gerações carentes de oportunidades". (SD)

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)



Döhler: diálogo, dignidade e compromisso social fazem a diferença



Homenageados e familiares durante a sessão

Homenageados

- Edson Gaidzinski (in memoriam) representado por Iara Maria Silva Gaidzinski (deputado Julio Garcia/PFL)
- Acari Luiz Menestrina (deputado Herneus de Nadal/PMDB)
- Adroaldo Pedro Cassol (deputado Lício Mauro da Silveira/PP)
- Alcides Alves (deputado Antônio Ceron/PFL)
- Alfredo Pietrovski (deputado Genésio Goulart/PMDB)
- Ary Carlos Pradi (deputado Dionei Walter da Silva/PT)
- Cacilda Peixer Lemos (deputado Afrânio Boppré/PT)
- Célio Martins (deputada Ana Paula Lima/PT)
- Eduardo Salemi (deputada Odete de Jesus/PL)
- Elói Bergamaschi (deputado Narcizo Parisotto/PTB)
- Genésio Antônio Mendes (deputado Joares Ponticelli/PP)
- Genésio Moisés Spillere (deputado Valmir Comin/PP)
- Horst Gerhard Purnhagen (deputado Rogério Mendonça - Peninha/PMDB)
- Ivan Ivanov (deputado Francisco Küster/PSDB)
- Jaime Antônio Zanatta (deputado Clésio Salvaro/PSDB)
- José Carlos Pisani (deputado Onofre Agostini/PFL)
- Jussara Caetano dos Santos (deputado Paulo Ecce/PTI)
- Luiz Henrique Dias Figueiredo (deputado Nilson Nelson Machado- Duduco/sem partido)
- Luiz Pedro Marini (deputado Reno Caramori/PP)
- Manoel Arlindo Zanori Torres (deputado licenciado Djalma Berger/PSDB)
- Manoel Dillor de Freitas (in memoriam) representado por Daniela Borges de Freitas (deputado Altair Guidi/PPS)
- Marcelo Corrêa Petrelli (deputado Nilson Gonçalves/PSDB)
- Márcio Mendes (deputado Vanio dos Santos/PT)
- Nildo Folle (deputado Gelson Sorgato/PMDB)
- Norberto Cubas da Silva (deputada Simone Schramm/PMDB)
- Osvaldo Deschamps (deputado João Henrique Blasi/PMDB)
- Rafael Miranda da Silva (deputado Antônio Aguiar/PFL)
- Roberto Vicente Mileski (deputado Pedro Baldissera/PT)
- Sadi Carlos de Oliveira (deputado Sérgio Godinho/PTB)
- Saul Brandalise Júnior (deputado Celestino Secco/PP)
- Sérgio Sirotsky (deputado Jorginho Mello/PSDB)
- Sextílio Hans (deputado Gelson Merísio/PFL)
- Tiago Vidal Lohn (deputado Cesar Souza/PFL)
- Udo Döhler (deputado Wilson Vieira - Dentinho/PT)
- Vilibaldo Erich Schmid (deputado Romildo Titon/PMDB)
- Walter Osli Koerich (deputado Antônio Carlos Vieira - Vieirão/PP)
- Wilfredo Brillinger (deputado Julio Garcia/PFL)
- Willibaldo Ditrich Filho (deputado Francisco de Assis/PT)
- Zefiro Giassi (deputado Manoel Mota/PMDB)

LHS pode autorizar sinal aberto da TVAL

O deputado José Paulo Serafim (PT) esteve, no dia 23, juntamente com o presidente do Parlamento catarinense, deputado Julio Garcia (PFL), em audiência com o governador Luiz Henrique da Silveira. Na pauta do encontro, a liberação para que a TVAL (TV Assembléia) volte a ter seu sinal transmitido pelo sistema de televisão aberta e não somente para assinantes, como ocorre hoje. Vale destacar que é pequena a parcela de catarinenses que pode pagar para ver televisão. Segundo dados do próprio Ministério das Comunicações, somente 20% dos brasileiros com acesso à televisão têm TV a cabo.

De acordo com Serafim, o governador assumiu o compromisso de estudar o assunto e encaminhar uma solução. "E essa solução tem que ser rápida. O investimento foi feito, temos equipamentos caros e de última geração em depósitos. Os catarinenses só dependem de uma decisão do governador para voltar a acompanhar as sessões da Assembléia, exercendo o

pleno direito da cidadania", comentou. A Alesc chegou a ter um canal de televisão aberto, abrangendo os municípios da Grande Florianópolis. Se for aberta, seu sinal chegará aos municípios das regiões de Blumenau, Criciúma, Itajaí, Curitibanos, Lages e Joinville.

Serafim defende que não há qualquer ilegalidade na manutenção da TVAL como emissora de canal aberto. Para ele, o que ocorre é uma confusão, gerada pelo texto do decreto que rege o assunto e que diz que cabe ao Estado o direito a este tipo de canal. Numa entrevista recente, o próprio Ministro das Comunicações, Eunício de Oliveira, reconheceu que as televisões legislativas como canal aberto são ferramenta essencial para a transparência do Poder. "Ele assumiu o compromisso de logo garantir a transmissão dos atos das assembleias legislativas em canal aberto, afirmando que, para isso, basta o Executivo de cada Estado solicitar a concessão. Por isso insistimos nesta audiência com o governador Luiz Henrique", explicou Serafim. (AL)